

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
REQUERIMENTO N.º _____/2003
(DO SR. RENATO COZZOLINO)**

Solicito sejam convidados o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal - CEF, o Delegado Federal Joe Montenegro da Superintendência da Polícia Federal/RJ para prestar esclarecimentos sobre fraudes detectadas no Fundo de Garantia do Tempo – FGTS.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a ser agendada, o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal - CEF o Sr. Delegado Federal Joe Montenegro da Superintendência da Polícia Federal/RJ, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação de 13,2 bilhões em títulos da dívida pública e fraudes, estimadas em milhões de dólares, detectadas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento de Audiência Pública tem por finalidade esclarecer a aplicação de 13,2 bilhões em títulos da dívida pública pela CEF. Segundo informações da Caixa, esse procedimento seria para manter o poder aquisitivo da moeda, o que contraria a lei que prevê que esses recursos. Os recursos devem ser revestidos para a construção de casas populares para pessoas de baixa renda. Enquanto essa situação se arrasta sem uma definição, outra ainda mais grave envolve a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a FRAUDE NO FGTS, que envolve milhões de reais desviados dos cofres públicos, praticados, segundo o relatório do Delegado Federal que investiga o caso, por funcionários e estagiários da Instituição. Devido ao número de casos praticados no Estado do Rio de Janeiro a Polícia Federal criou um Núcleo para apurar e combater o problema, em um ano de trabalho foi detectado pelo Delegado Federal , centenas de extorsões, com destaque para o “caso de quadrilha formada por 8 funcionários da caixa que desviaram cerca de R\$ 4,5 milhões. Mesmo diante das denúncias e do indiciamento, os funcionários continuam exercendo suas funções dentro do banco. Segundo o Delegado, o trabalho foi dificultado em virtude da falta de recursos e também da falta de colaboração dos próprios funcionários da CEF.

O fato é muito preocupante nobres Parlamentares, pois as fraudes desviam milhões de reais, e a Caixa não toma nenhuma providência contra seus funcionários infratores, não contesta os casos fraudulentos na justiça. Porque essa omissão. Dessa forma, em respeito aos consumidores que durante anos recolheram para o fundo, pedimos uma posição da CEF e que esta seja responsabilizada pela falta de postura ante essa situação vergonhosa. Desta forma, solicito a esta Comissão o exame da presente proposição.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2003.

RENATO COZZOLINO

Deputado Federal

PSC – RJ